EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

July 2022 | PT

A perspetiva dos cidadãos – 3.ª temporada, episódio 19: Os países dos Balcãs Ocidentais às portas da União Europeia

A adesão dos países dos Balcãs Ocidentais, que tarda em concretizar-se, ressurgiu na agenda da UE. Este episódio de *A perspetiva dos cidadãos* centra-se no alargamento da UE e nos Balcãs Ocidentais, onde nem todos os países da região seguem ao mesmo ritmo na via da adesão à UE.

Os nossos convidados debatem o princípio da integração gradual e progressiva, as perspetivas de a região se juntar à família da UE e a possibilidade de o maior destaque concedido pela UE à Ucrânia afetar as negociações com os Balcãs Ocidentais.

Ionuţ Sibian, membro do CESE e presidente do Comité de Acompanhamento para os Balcãs Ocidentais, cujo país (Roménia) aderiu à UE em 2007, exprime o ponto de vista da sociedade civil sobre a situação na região.

Jarosław Pietras, antigo alto quadro da UE e do Governo polaco que participou no processo de adesão da Polónia à UE, partilha a sua experiência à mesa das negociações e comenta as semelhanças e as diferenças entre o grande alargamento de 2004 e a situação atual.

Dafina Peci, secretária-geral do Congresso Nacional da Juventude da Albânia, dá voz às aspirações dos jovens na Albânia em relação ao futuro europeu do país.

Camille-Cerise Gessant, jornalista da Agence Europe, e **Erisa Zykaj**, correspondente de alguns meios de comunicação social dos Balcãs Ocidentais em Bruxelas responsável por assuntos europeus, apresentam as

suas perspetivas sobre a situação da comunicação social na região e sobre a ideia da comunidade política europeia. (at)

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI
- RO
- SK
- SL
- SV

Available Languages:

ES | BG | CS | DA | EN | DE | ET | FR | EL | GA | HR | IT | LV | LT | HU | MT
NL | PL | PT | FI | RO | SK | SL | SV

EDITORIAL



Dar a mão aos jovens e de mãos dadas pela Ucrânia

No momento em que escrevo este texto, continuam a entrar na nossa caixa de correio eletrónico candidaturas à edição 2022 do Prémio para a Sociedade Civil, lançado no início de junho. Tal como todos os anos, estamos à

procura dos projetos mais criativos e notáveis de organizações da sociedade civil ou de cidadãos, aqueles projetos que nos enchem sempre o coração de orgulho pelo trabalho fantástico que a sociedade civil realiza no terreno em toda a Europa.

Mas este ano é um ano especial. Contrariamente aos anos anteriores, selecionámos pela primeira vez dois temas, e não apenas um, para o nosso prémio: juventude e Ucrânia. Isto significa que estamos à procura de dois grupos de vencedores, três em cada categoria.

Como 2022 é o Ano Europeu da Juventude, decidimos honrar projetos que capacitem os jovens. Com este prémio, pretendemos evidenciar a necessidade urgente de dar aos jovens a oportunidade de se tornarem cidadãos ativos e de participarem efetivamente nos processos de decisão que afetam o nosso futuro e, em particular, o seu futuro.

Mas, com o ataque brutal da Rússia à Ucrânia, que tem causado um terrível sofrimento humano, começaram a chegar notícias de ações altruístas de cidadãos e organizações da sociedade civil europeus, que de um dia para o outro se mobilizaram para prestar ajuda aos vizinhos da Europa.

Foi então que decidimos abrir o nosso prémio a projetos de apoio a cidadãos ucranianos assolados pela guerra. Selecionaremos os vencedores do prémio entre os que prestam ajuda humanitária, acolhem refugiados ucranianos ou apoiam a sua integração na sociedade, nas escolas e nos mercados de trabalho europeus, todas as pessoas que estiveram e continuam a estar ao lado das vítimas de brutalidade e agressão no momento em que mais precisam.

Assim, se tem em mãos um projeto cuja finalidade é criar um futuro melhor para os jovens ou se está a tentar ajudar de algum modo cidadãos ucranianos – refugiados já na UE ou pessoas que permaneceram no seu país devastado pela guerra –, envie-nos já a sua candidatura. E se conhecer alguém que se distingue pelo seu trabalho numa destas duas áreas, divulgue este prémio! Não há tempo a perder: o prazo para a apresentação de candidaturas é 31 de julho.

Esperamos receber muitas candidaturas de projetos criativos e úteis. Esta será a nossa oportunidade de prestar homenagem a quem procura criar uma Europa melhor para os jovens e com os jovens, mas também a quem dá provas de coragem, humanidade e solidariedade perante o mal.

Cillian Lohan
Vice-Presidente do CESE responsável pela Comunicação

AGENDA

31 de julho de 2022, às 10 horas (hora de Bruxelas)

Prémio para a Sociedade Civil: criar um futuro melhor para os jovens e ajudar as vítimas da guerra na Ucrânia – prazo de candidaturas

18 de julho de 2022, Bruxelas

Sensibilizar para os direitos fundamentais e o Estado de direito

21 e 22 de setembro de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE



IMAGINAR A UCRÂNIA...

Olga Chaiko, jornalista ucraniana de Kiev que escreve sobre a vida social e política e, atualmente, sobre os acontecimentos em tempo de guerra na Ucrânia, comenta, em exlusivo para o CESE Info, a decisão do Conselho Europeu de 23 de junho de 2022 de conceder à Ucrânia o estatuto de país candidato à adesão à UE. Chamamos a atenção para a imagem que Olga Chaiko escolheu para ilustrar esse momento histórico.

«O estatuto de país candidato é uma conquista magnífica mas muito dolorosa para o nosso país. Estamos a pagar com as nossas vidas pelas nossas aspirações democráticas, mas esta é a única forma de nos libertarmos do nosso passado pós-soviético e da influência da Rússia. Temos de vencer esta batalha para que as novas gerações possam viver no nosso país uma vida feliz e independente.»

DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», os membros do CESE partilham os seus pontos de vista sobre temas importantes da agenda europeia. Desta vez, pedimos a Maurizio Mensi, membro do CESE e relator do Parecer – Regulamento Circuitos Integrados europeu: Implicações do Regulamento Circuitos Integrados europeu para as indústrias aeroespacial e da defesa, adotado pelo CESE na reunião plenária de junho, que nos dissesse, em poucas palavras, por que motivo esta questão é tão importante.

Maurizio Mensi explicou-nos quais são as implicações para estes dois setores industriais estratégicos tão importantes, a defesa e a indústria aeroespacial.



MAURIZIO MENSI SOBRE O REGULAMENTO CIRCUITOS INTEGRADOS: NÃO PODEMOS NEGLIGENCIAR AS NECESSIDADES DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAL E DA DEFESA

Componentes essenciais de qualquer produto digital, os semicondutores são vitais para as indústrias aeroespacial e da defesa, apesar de estas representarem apenas cerca de 1% do mercado mundial de circuitos integrados.

Os semicondutores para essas indústrias precisam de ser resistentes, fiáveis e capazes de armazenar dados e informações em total segurança. Com efeito, se as interrupções da cadeia de abastecimento causam em geral dificuldades económicas, ou mesmo sociais, nesses setores estratégicos, a escassez torna-se também um problema de segurança.

A Europa depende de um pequeno número de fornecedores estrangeiros, o que tem implicações delicadas. Os Estados Unidos, a China e a Coreia do Sul, nomeadamente, investem montantes avultados nesse domínio. Através do Regulamento Circuitos Integrados, a Comissão Europeia tenciona duplicar a produção na Europa e alcançar uma quota mundial de 20% até 2030, graças a um investimento total de cerca de 43 mil milhões de euros.

No entanto, o CESE solicita à Comissão que clarifique as fontes desse financiamento, uma vez que parte do mesmo parece provir de uma redistribuição dos montantes já afetados no orçamento a outros domínios prioritários, como o espaço, a inteligência artificial e a cibersegurança, que não devem ser postos em causa. Importa também não reduzir as dotações do Fundo Europeu de Defesa, tendo em conta os recursos já limitados disponíveis. Num contexto de tensões geopolíticas crescentes, é fundamental assegurar que os setores da defesa e aeroespacial beneficiem de apoio financeiro adequado no quadro do Regulamento Circuitos Integrados.

O CESE recomenda igualmente que o Regulamento Circuitos Integrados se centre não só nos semicondutores de dimensão reduzida mas também nos de maior dimensão, que ainda são muito utilizados nas indústrias da defesa e aeroespacial, e promova a inovação em ambas as tipologias.

A criação de procedimentos de certificação é igualmente fundamental para os dois setores. Por exemplo, é necessário apoiar a elaboração de normas civis e militares conjuntas no âmbito da estratégia da UE para a normalização.

Importa abordar o mais rapidamente possível a questão da segurança jurídica no domínio dos auxílios estatais, definindo, a nível da UE, os critérios de autorização de medidas de apoio, e racionalizando os procedimentos administrativos a nível nacional.

Cumpre também reforçar a cooperação com os países aliados, como os Estados Unidos, através do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA. Em resumo, o ecossistema mundial de semicondutores nos domínios aeroespacial e da defesa é complexo e bastante interdependente. Só explorando os seus pontos fortes e desenvolvendo estratégias coordenadas poderemos evitar duplicações e aumentar a eficiência de todo o sistema.

Maurizio Mensi, membro do CESE

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão da atualidade que é ou deveria ser particularmente importante na agenda europeia.

Para a edição de julho, falámos com **José Antonio Moreno Díaz**, membro do CESE e relator do parecer sobre o *combate à violência contra as mulheres*. À pergunta sobre as medidas que a UE poderia tomar para combater a «epidemia de violência» contra as mulheres e as raparigas, o relator respondeu que se trata de uma forma de terrorismo que faz milhares de vítimas todos os anos.



José Antonio Moreno Díaz: violência contra as mulheres é questão de direitos humanos

Dos quase 500 milhões de habitantes da UE, cerca de metade são mulheres. Segundo um estudo de 2014 da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na UE, cerca de um terço das mulheres já foram vítimas de violência em algum momento das suas vidas pelo simples facto de serem mulheres.

Assistimos a uma **verdadeira epidemia de violência contra as mulheres**: nas suas relações, na família, no local de trabalho, na rua e em muitos outros contextos. Trata-se de uma forma de terrorismo dirigida contra o sexo feminino que faz todos os anos milhares de vítimas: assassinadas, feridas, maltratadas, humilhadas, violadas, agredidas, ofendidas, insultadas, ameaçadas, ou expostas a outras formas de violência.

Neste sentido, a **violência contra as mulheres é uma questão de direitos humanos**, pois o simples facto de serem mulheres expõe-nas à violação de direitos humanos como o direito à integridade física e psíquica, o direito à segurança, o direito à não discriminação e o direito à privacidade.

As autoridades dos Estados-Membros e as instituições da UE são, portanto, responsáveis por salvaguardar os direitos humanos das mulheres. A proposta de diretiva apresentada pela Comissão em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, constitui um primeiro passo essencial e urgente nesse sentido.

O CESE congratula-se com a inovação normativa introduzida pela Diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres de um ponto de vista interseccional, amplamente exigida pela sociedade.

Além disso, dado o alcance e a extensão das múltiplas formas de violência sofrida pelas mulheres, é necessário que as políticas que visam combatê-las não sejam políticas neutras, mas sim que se desenvolvam a partir de uma **perspetiva de género** clara e inequívoca, apresentada de forma a facilitar a compreensão da sua necessidade e eficácia.

Importa realizar um debate sobre a violência contra as mulheres na UE, bem como conceber mecanismos para definir os comportamentos sujeitos a ação judicial enquanto atos de violência e para estabelecer as respetivas sanções e circunstâncias agravantes. No entanto, é igualmente importante adotar procedimentos para proteger as vítimas, garantir um acesso seguro à ação judicial, apoiá-las e promover a sua integração.

O CESE recomenda a inclusão de medidas concretas no âmbito do diálogo social e da negociação coletiva para assegurar a manutenção do emprego das mulheres vítimas de violência e a inserção, no mercado de trabalho, das mulheres desempregadas vítimas de violência.

Ao mesmo tempo, todos nós sabemos que não é possível resolver os problemas sociais apenas através da via judicial e que a punição não deve ser a única solução. Importa implementar uma educação multidisciplinar, acompanhada de políticas de sensibilização. Cumpre utilizar a educação e a cultura para prevenir o aparecimento de abusadores, devendo a formação ser prestada em condições de igualdade e no respeito pela diversidade.

Tendo em conta o papel que a educação desempenha na formação dos papéis e estereótipos de género, importa projetar o seu papel preventivo – nomeadamente mediante uma educação abrangente em matéria de sexualidade – em todas as fases da educação, bem como incluir de forma explícita na cooperação institucional a participação da comunidade educativa, das organizações da sociedade civil (sobretudo das associações feministas), dos parceiros sociais e das comunidades afetadas.

Por último, o CESE manifesta profunda preocupação com o facto de a extrema-direita ter definido como objetivo da sua atividade o combate às propostas de igualdade entre homens e mulheres e, sobretudo, com a negação sistemática da violência estrutural de que as mulheres são alvo pelo simples facto de serem mulheres. Esta negação não só intoxica a convivência em igualdade, mas também ataca os valores e princípios consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Na nossa coluna «O convidado surpresa», apresentamos pessoas cujo trabalho inspira os outros e cuja determinação e empenho no que fazem são dignos de respeito.

Nesta edição do CESE Info, a nossa convidada **Olga Chaiko**, uma jornalista ucraniana de Kiev, fala-nos do seu trabalho durante a guerra e dos desafios que enfrenta atualmente, assim como os outros jornalistas ucranianos. Explica, nomeadamente, como foram obrigados a adaptar os métodos de trabalho ao novo contexto de perigo, como servem o seu país e como lidam com as notícias falsas e com a propaganda.



Olga Chaiko: Para o que der e vier

Um dia acordas e o teu país está em guerra.

O mundo começa a desmoronar-se. Ainda tentas chamar à razão os teus familiares na Rússia sobre o que está a acontecer, mas a propaganda e o medo parecem ter debilitado a sua capacidade de pensar com lógica. Apercebes-te de que a vida de todos os ucranianos começa a mudar radicalmente, incluindo a nossa, dos jornalistas, porque nos vemos agora, em certa medida, como soldados.

Tudo começou há oito anos, quando a Rússia invadiu a Ucrânia pela primeira vez. Entre 2014 e 2018, todo o país e a comunicação social atravessaram tempos difíceis, com o Kremlin a recorrer à propaganda para justificar de diferentes formas as suas ações, acusando os ucranianos de serem nazis e convencendo os russos de que as populações do Donbass e da Crimeia necessitavam da sua proteção.

No entanto, pouco depois, a situação estabilizou ligeiramente. Na sequência da Revolução da Dignidade (2013-2014), os jornalistas puderam usufruir da liberdade de expressão. Tornou-se muito mais fácil organizar entrevistas, os políticos já não se esquivavam da imprensa, e aos meios de comunicação social nunca lhes teria passado pela cabeça que, por exemplo, filmar um grande plano de um local – uma gare ferroviária ou uma estação de metro, ou mesmo uma ponte – pudesse colocar o país em perigo.

Não obstante, a sociedade ucraniana antevia uma invasão em grande escala pela Rússia, pelo menos desde dezembro de 2021. Havia vários sinais da sua iminência: o endurecimento do tom na retórica e propaganda russas, a evacuação das embaixadas estrangeiras de Kiev para Lviv e os apelos insistentes aos cidadãos estrangeiros para que abandonassem a Ucrânia por qualquer meio. O governo e o presidente ucranianos respondiam com evasivas às perguntas sobre uma possível guerra, pelo que só nos restava tentar adivinhar quando ocorreria o primeiro ataque em grande escala.

Após o discurso de Putin à nação russa em 22 de fevereiro, os alertas repetidos de Joe Biden aos americanos e ucranianos e a chegada da ajuda militar, foi evidente que era uma questão de dias. E, no entanto, quando se concretizou, em 24 de fevereiro, as nossas expectativas foram goradas. À medida que ouvíamos o som das explosões em todo o país e as pessoas começavam a fugir de Kiev e de outras cidades, vilas e aldeias,

compreendemos que a guerra é uma tragédia para a qual ninguém se pode preparar completamente. No primeiro dia, os meios de comunicação social tentaram filmar tudo, pensando que a guerra seria curta, mas havia também receios de que poderia ser um longo martírio.

A imprensa ucraniana tem experiência na cobertura de operações antiterroristas. Um grupo impressionante de correspondentes teve o seu batismo de fogo na linha da frente do Donbass. No final de 2016, o Ministério da Defesa organizou ações de formação para jornalistas que desejassem ser acreditados para trabalhar na zona de guerra, fornecendo informações sobre as nossas forças militares e ensinando os princípios da medicina tática. Os repórteres tinham de respeitar regras rigorosas, por exemplo, utilização de equipamento de proteção, como coletes e capacetes à prova de bala, e saber como proceder em caso de bombardeamentos. Tinham de se coordenar com os assessores de imprensa do Ministério da Defesa e informá-los diariamente sobre o seu itinerário na linha da frente. Não podiam revelar a localização das nossas forças militares. Alguns combatentes solicitavam que as suas faces ou tatuagens fossem ocultadas nos vídeos, para que não pudessem ser identificados pelo inimigo. O número de mortes nas forças militares só podia ser comunicado com base em fontes oficiais fiáveis. Tornámo-nos mais cuidadosos ao entrevistar a população local, pois muitas pessoas nas cidades e aldeias da linha da frente tinham familiares a viver nos territórios ocupados e receavam retaliações pelas autoproclamadas República Popular de Donetsk e República Popular de Luhansk.

A partir de 24 de fevereiro de 2022, passaram a ser estas as regras para todos os jornalistas ucranianos. Temos de proteger especialmente todos aqueles que partilham as suas experiências. As pessoas nos territórios libertados muitas vezes choram ou partilham connosco aspetos da sua vida que nunca teriam revelado antes da guerra, pelo que temos de ser circunspectos na forma como falamos com as pessoas, para não aumentar o *stress* que sentem.

Temos de refletir não só duas vezes, mas três, quatro ou mesmo dez vezes antes de publicar algo, evitando ao mesmo tempo cair na paranoia ou na autocensura. Temos de ter presente que foram precisas várias revoluções ucranianas para garantir a liberdade de expressão, e não podemos nunca voltar a perdê-la.

No entanto, a liberdade de expressão deve ir sempre de par com a mais elevada responsabilidade. Deixem-me dar-vos um exemplo. Nos primeiros dias em que a Rússia bombardeou a Ucrânia sem dar tréguas, foi forte a tentação de mostrar a tragédia e a dor das pessoas sem qualquer filtro – transmitindo quase em tempo real nas emissões tradicionais em direto que a nossa audiência aguardava. Qual não foi a nossa consternação ao descobrir que o inimigo podia utilizar as nossas imagens para ajustar a sua mira de fogo! Agora, esperamos várias horas até fazer transmissões a partir do local. Outras limitações incluem a proibição de filmar os movimentos de equipamento militar e os soldados em postos de controlo.

Os temas que cobrimos também mudaram radicalmente. A guerra e as suas consequências permeiam todas as histórias. Informamos sobre a evacuação, a destruição e as cidades em que as casas pré-fabricadas substituem gradualmente as casas típicas e de melhor qualidade que a Rússia deixou em ruínas. Entrevistamos combatentes, heróis que apoiaram o nosso exército e os seus vizinhos, apesar da ocupação; ajudamos os voluntários a angariar dinheiro para as nossas forças armadas e para a medicina tática. Tornámo-nos peritos em processos de desminagem, mas, na maior parte das vezes, já não sabemos em que dia da semana ou do mês estamos. Ainda assim, estamos aqui para o que der e vier.

O nosso trabalho tornou-se fonte de *stress* permanente, que põe à prova a nossa força física e mental. Os nossos canais de televisão (ICTV e STB) montaram um estúdio num abrigo que transmite durante seis horas consecutivas, na faixa que nos foi atribuída pelo Ministério da Cultura e da Informação na maratona informativa televisiva unida («TV United News Marathon»), que reúne seis canais de televisão (públicos e privados) para assegurar uma cobertura da guerra 24 horas por dia.

A Ucrânia tenta lutar contra as notícias falsas há, pelo menos, oito anos. Nós, jornalistas, podemos detetar facilmente a mão da Rússia nas notícias – ao fim de tanto anos, tornámo-nos especialistas na compreensão da propaganda russa. Verificamos a maioria dos relatórios noticiosos junto de fontes fiáveis, nomeadamente funcionários e responsáveis que pertencem principalmente à sociedade civil ucraniana. Consultamos igualmente peritos em muitos domínios da vida ucraniana. Confrontamos os relatórios noticiosos com sítios Web oficiais, páginas das redes sociais e, evidentemente, com as pessoas sobre quem noticiamos.

Os canais russos ou pró-russos não são transmitidos no nosso país. Os seus sítios Web só podem ser acedidos através de uma ligação VPN – rede privada virtual (com exceção dos sítios oficiais). Ainda podemos acompanhar os canais russos do Telegram, cujo acesso é fácil. Esses canais têm, em certa medida, um impacto na população ucraniana, mas o nosso governo e o Conselho Nacional de Segurança e Defesa fizeram um esforço enorme para disseminar informações fidedignas junto dos espetadores e leitores.

A maratona televisiva unida é transmitida em, pelo menos, dez canais e pode ser seguida a partir de telemóveis inteligentes, por meio da aplicação DIYA. O Estado envia alertas através de vários canais e redes sociais, embora haja muitos problemas nos territórios ocupados, que ficaram desligados da nossa rede móvel e de Internet.

Acresce ainda um problema comum a todos os Estados pós-soviéticos, nomeadamente, a desconfiança que as pessoas sentem em relação às notícias televisivas. Lembram-se da censura da imprensa no período soviético e acusam, muitas vezes, a comunicação social de ser manipulada. Em certa medida, isso é bom, porque as incita a procurar e comparar as informações provenientes de diferentes fontes para formar a sua própria opinião. Parece-nos que os nossos vizinhos russos e bielorrussos confiam em demasia nas informações oficiais e perderam a capacidade de pensar de forma crítica. É por esta razão que a democracia e a liberdade de pensamento são um ponto forte dos espetadores, leitores e jornalistas ucranianos.

Olga Chaiko, jornalista ucraniana do noticiário «Fakty», ICTV, SLM News

NOTÍCIAS DO CESE



CESE lança Prémio para a Sociedade Civil 2022, centrado em dois temas: juventude e Ucrânia

Criar um futuro melhor para os jovens e ajudar as vítimas da guerra na Ucrânia são os dois temas da edição deste ano do Prémio CESE para a Sociedade Civil.

O CESE está agora a aceitar candidaturas ao Prémio para a Sociedade Civil 2022, que distinguirá iniciativas e projetos inovadores e criativos em duas categorias: capacitar os jovens e ajudar os civis ucranianos afetados pelos terríveis acontecimentos no seu país devastado pela guerra.

A dotação total do prémio, no valor de **60 mil euros**, será repartida por um máximo de seis vencedores, com três vencedores por categoria.

O tema da categoria 1 é **a capacitação dos jovens**. O CESE escolherá os vencedores de entre os projetos que visam criar um futuro melhor para os jovens e com eles na Europa. Os projetos devem dar resposta às necessidades específicas dos jovens europeus e contribuir para a sua capacitação e participação na vida económica e social.

O tema da categoria 2 é **a sociedade civil europeia pela Ucrânia**. Com este prémio, o CESE prestará homenagem a todas as pessoas ativas no terreno que prestam diariamente apoio humanitário ao povo ucraniano e que ajudam os refugiados à chegada e ao longo da sua integração na sociedade europeia.

O prémio está aberto a todas as organizações da sociedade civil, pessoas singulares e empresas privadas que realizem iniciativas sem fins lucrativos. Todas as iniciativas e projetos devem ter sido realizados na UE, com exceção dos projetos da categoria 2, que também podem ter sido realizados na Ucrânia.

Prazo para a apresentação das candidaturas: 31 de julho de 2022, 10 horas (hora de Bruxelas)

Cerimónia de entrega: 14 e 15 de dezembro de 2022, Bruxelas

A **lista completa dos requisitos** e o **formulário de candidatura em linha** estão disponíveis no sítio Web do CESE.

O objetivo do Prémio CESE para a Sociedade Civil é sensibilizar para o contributo excecional da sociedade civil no sentido de criar uma identidade e cidadania europeias e promover os valores comuns que reforçam a integração europeia. (II)



CESE manifesta apoio incondicional à adesão da Ucrânia à UE

O CESE, apenas uma semana antes da cimeira do Conselho da UE, adotou uma resolução em que apoia firmemente a concessão incondicional à Ucrânia do estatuto de país candidato à UE e declara que a sociedade civil europeia está empenhada em trabalhar lado a lado com os ucranianos para reconstruir melhor o país.

Na sua reunião plenária de junho, o CESE adotou uma segunda resolução sobre a Ucrânia. Intitulada «**Da ajuda à reconstrução: propostas da sociedade civil europeia**», a resolução salienta que o país deve poder aderir à UE assim que cumprir os requisitos para o efeito. A resolução afirma claramente que a candidatura da Ucrânia não deve prejudicar o processo de adesão em curso dos países dos Balcãs Ocidentais.

No que diz respeito à reconstrução do país, a resolução salienta a necessidade imediata de assistência financeira europeia e internacional para evitar o colapso total da economia ucraniana.

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, afirmou que «a nossa resolução envia uma mensagem clara à Comissão e ao Conselho no sentido de concederem o estatuto de país candidato à Ucrânia. A Ucrânia merece-o e é necessário oferecer perspetivas europeias claras aos seus cidadãos».

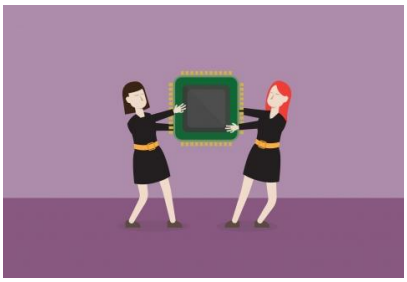
O presidente do Grupo dos Trabalhadores, **Oliver Röpke**, referiu que «trabalharemos em conjunto com a Ucrânia para lhe permitir tomar medidas graduais para cumprir as normas exigidas pelos Tratados europeus para a adesão à União».

Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores, afirmou: «Apelamos às instituições da UE para que prevejam fundos de emergência específicos para as PME, que devem, em primeiro lugar, procurar preservar essas empresas e depois ajudá-las a crescer».

Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, defendeu que «os intervenientes da sociedade civil devem estar no centro do planeamento, da aplicação e do acompanhamento da assistência humanitária da UE e nacional à Ucrânia, tanto durante a guerra como na reconstrução do país».

Marta Barandiy, presidente da organização «Promote Ukraine», afirmou que «precisamos da vossa ajuda para reconstruir o país», enquanto **Mariya Korolchuk**, em nome das organizações não governamentais CORE e Funky Citizens, declarou, num discurso muito emotivo, que o povo ucraniano está determinado a vencer e a reconstruir o seu país.

Na sua intervenção, **Vsevolod Chentsov**, chefe da missão da Ucrânia junto da UE, agradeceu aos Estados-Membros pela sua solidariedade, sublinhando que a obtenção do estatuto de candidato à UE foi um «momento de importância existencial para nós». (at)



Regulamento Circuitos Integrados europeu: princípio «do laboratório para a fábrica» não é suficiente para alcançar a resiliência

Num novo pacote de pareceres, o CESE defende que é necessário reforçar toda a cadeia de valor dos semicondutores, incluindo as fases finais da produção, em que a COVID-19 expôs lacunas críticas.

Na reunião plenária de junho, o CESE adotou um pacote de pareceres sobre o Regulamento Circuitos Integrados europeu. Embora considere que as propostas da Comissão constituem, na sua globalidade, uma iniciativa de valor para fazer face à escassez registada durante a COVID-19, o CESE salientou que a Comissão deve ir mais longe em alguns domínios específicos.

Em primeiro lugar e acima de tudo, o CESE considera que, para a indústria europeia alcançar a resiliência estratégica, importa ter em consideração a totalidade do setor dos semicondutores. «O princípio “do laboratório para a fábrica” enunciado pela Comissão afigura-se demasiado limitado, uma vez que a cadeia

de valor não termina no fabrico», sublinha **Heiko Willems**, relator do Parecer do CESE – Regulamento Circuitos Integrados europeu.

O CESE sublinha que as últimas fases de produção, ou seja, o encapsulamento, a embalagem, a testagem e a montagem, não são contempladas de forma exaustiva no regulamento. «Por vezes, a produção europeia é enviada para o Sudeste Asiático para encapsulamento e depois reexpedida para a Europa. Tendo em conta os riscos observados nos últimos anos, essa não é uma abordagem correta para alcançar a autonomia estratégica», afirma **Dirk Bergrath**, relator do Parecer do CESE – Ecossistema europeu dos semicondutores (Regulamento Circuitos Integrados).

Ao mesmo tempo, é importante manter a Europa aberta ao mundo, pois o setor dos circuitos integrados é uma das cadeias de valor mais globalizadas. Por conseguinte, a criação de cadeias de valor fechadas não faria sentido do ponto de vista económico. O CESE considera que o caminho certo a seguir consiste em encontrar o justo equilíbrio entre aumentar as capacidades da Europa e reforçar as parcerias com os países que partilham dos mesmos valores.

Para reduzir a escassez de semicondutores, a UE precisa de dar resposta a vários desafios, como o acesso às matérias-primas, as instalações de investigação e desenvolvimento, a propriedade intelectual e o saber-fazer tecnológico, assim como a disponibilidade de mão de obra qualificada. Tal exige um investimento e apoio significativos do setor público. A Comissão prevê mobilizar 43 mil milhões de euros nos próximos anos. No entanto, uma grande parte deste orçamento já se encontra afetada a outros programas, como o Horizonte Europa e o Europa Digital, e será meramente reafetada ao setor dos semicondutores.

«Onde está o capital novo para o setor?», pergunta **Stoyan Tchoukanov**, relator do Parecer do CESE – Empresa Comum dos Circuitos Integrados. «A título de comparação, os EUA investirão 52 mil milhões de dólares entre 2021 e 2026 e a China pretende mobilizar 150 mil milhões de dólares até 2025. Mesmo um pequeno país como a Coreia prevê investir 450 mil milhões de dólares até 2030.»

A UE precisa de obter fundos públicos adicionais e o CESE insta a Comissão a definir os contornos dos seus planos de investimento. Importa igualmente reforçar o investimento privado a fim de mobilizar 43 mil milhões de euros.

A Comissão abre a porta a auxílios estatais até 100% do défice de financiamento para unidades de produção pioneiras, ou seja, unidades de produção que ainda não existem na Europa, a fim de apoiar segmentos tecnológicos particularmente vulneráveis devido a questões geopolíticas ou à sua importância estratégica.

«Todos concordamos que, numa Europa marcada por fortes dependências e pela falta de capacidades onde são necessárias forças, os projetos terão também de ser financiados com fundos públicos», afirmam os três relatores, «mas conceder 100% de auxílios estatais faz soar sinais de alarme, uma vez que, nessas condições, alguns dos projetos apresentados poderão não ser verdadeiramente sustentáveis». É necessário assegurar a viabilidade económica dessas unidades de produção, pelo menos a médio prazo, sem uma corrida às subvenções e sem criar excesso de capacidade nem distorções de mercado.



Instrumentalização dos migrantes e crise dos refugiados da Ucrânia exigem revisão da política de migração

A instrumentalização dos migrantes patrocinada por Estados e destinada a desestabilizar a UE, bem como o afluxo de refugiados sem precedentes em resultado da guerra na Ucrânia, exigem uma revisão da política de migração europeia. O CESE salienta que a solidariedade e a repartição de encargos entre os Estados-Membros são necessárias para uma resposta comum às crises dos refugiados. Simultaneamente, o Comité realça a necessidade de garantir a segurança e os direitos humanos dos migrantes.

No Parecer do CESE – **Instrumentalização dos migrantes**, adotado na reunião plenária de junho, os membros salientaram que a resposta da UE a esta tática deve inscrever-se no quadro de uma política de migração comum, partilhada e coerente.

A futura e muito aguardada regulamentação específica neste domínio deve prever uma partilha solidária de responsabilidades entre os Estados-Membros.

Sobretudo agora, com a guerra na Ucrânia e os fluxos maciços de refugiados, tornou-se evidente que a migração tem impacto em todos os Estados-Membros. Por conseguinte, importa reformular o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo para produzir as mudanças sistémicas necessárias à elaboração de uma política de migração e asilo racional e baseada nos direitos.

Stefano Palmieri, relator do parecer do CESE, sublinhou que «neste momento, é necessário continuar a trabalhar para consolidar a reputação da Europa como continente capaz de prestar ajuda humanitária e garantir o respeito dos direitos humanos».

No que se refere às «ameaças híbridas» implantadas por países terceiros para pôr à prova a unidade da UE, **Pietro Vittorio Barbieri**, correlator do parecer do CESE, salientou que os seres humanos não são as ameaças, mas sim as vítimas dessas táticas.

O CESE salientou que os migrantes em questão são altamente vulneráveis e necessitam de proteção e realçou que a ajuda humanitária deve cumprir as normas do direito da UE e respeitar as práticas estabelecidas para apoiar as pessoas vulneráveis. O CESE recomenda um reconhecimento justo, pleno e imediato dos direitos dos migrantes instrumentalizados, evitando zonas cinzentas de incerteza administrativa. (at)



Conferência sobre o Futuro da Europa: seguimento é fundamental

Os esforços coletivos realizados pelas organizações da sociedade civil durante o último ano compensaram e a Conferência sobre o Futuro da Europa conseguiu apresentar resultados importantes sobre temas que preocupam os europeus. Foi com esta mensagem que a presidente do CESE, Christa Schweng, deu as boas-vindas a Dubravka Šuica, vice-presidente da Comissão Europeia da Democracia e Demografia, na reunião plenária do CESE de 15 de junho de 2022.

Christa Schweng informou que foram adotadas 49 propostas, com base em recomendações de cidadãos e após contribuições de todas as partes interessadas. Incluem muitos objetivos inovadores, como atribuir explicitamente competências ao CESE enquanto entidade que facilita e garante atividades de democracia participativa.

Acrescentou que o desafio agora é duplo: encontrar a melhor forma de apoiar um diálogo estruturado com as organizações da sociedade civil e dar seguimento à Conferência, assegurando que as respostas são minuciosas, simples, transparentes e assumem a forma de um painel em linha e disponível ao público.

Dubravka Šuica salientou que o Comité é um elemento fundamental do ecossistema democrático, reforça a confiança e diminui a distância entre os cidadãos e as instituições. É agora crucial apresentar aos europeus um retorno deste exercício democrático único. Afirmou que a Comissão estará sempre ao lado daqueles que querem reformar a UE para que funcione melhor. No entanto, acrescentou que uma alteração aos Tratados não deve ser uma finalidade em si, pois há muito que pode e terá de ser feito ao abrigo dos Tratados em vigor.

Ao anunciar a conferência de seguimento, que decorrerá no outono de 2022, explicou que o evento colocará um selo de legitimidade em todo o processo, pois a democracia é preciosa e nunca pode ser considerada um dado adquirido, conforme nos relembram os acontecimentos trágicos na Ucrânia. Afirmou que a ênfase deve ser colocada no aprofundamento da democracia, preparando-a para o futuro. (mp)



Professor Andrea Renda, CEPS

O CESE avalia a «terceira via» da Europa para a digitalização

Com a Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais e o Regulamento Dados, a UE adota mais duas medidas no sentido da criação de um espaço digital que coloque os cidadãos no seu cerne, o que foi salientado pelo debate realizado durante a plenária do CESE, em junho.

Na sua reunião plenária de 15 de junho, o CESE organizou um debate sobre **os direitos e os princípios digitais** com a participação de **Andrea Renda**, investigador principal e responsável pela Governação Global, Regulamentação, Inovação e Economia Digital no Centro de Estudos de Política Europeia (CEPE). O debate realizou-se em articulação com a adoção dos pareceres do CESE sobre o projeto de Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais e o Regulamento Dados.

Andrea Renda manifestou o seu apoio à declaração e ao regulamento enquanto duas peças que completam o puzzle do sistema regulamentar da UE, constituindo uma alternativa aos Estados Unidos, dominados pela governação privada nas mãos de empresas gigantes, e à China controlada pelo Estado, onde os dados coligidos pelos grandes gigantes tecnológicos se tornaram uma ferramenta para a vigilância governamental em larga escala.

«As nossas ideias sobre segurança e proteção requerem não só mais pessoas e empresas privadas responsáveis, mas também governos mais atentos e influentes que possuam as ferramentas para analisar o que é seguro e nos protege e o que está em vias de evoluir no sentido oposto», afirmou ele. «E falamos sobre a sustentabilidade, não só ambiental, mas também cada vez mais sobre a sustentabilidade económica e social, porque o modelo que seguimos até agora é insustentável em termos económicos e sociais.»

«Vincular a UE a direitos e princípios digitais é extremamente importante para colmatar o fosso digital ainda existente, em especial no que toca ao acesso a serviços públicos e privados em linha para as populações envelhecidas e rurais», declarou **Philip von Brockdorff**, relator do parecer do CESE sobre o projeto de declaração.

Sublinhou que a declaração deve apoiar o desenvolvimento sustentável não só no que se refere ao ambiente, mas também à sustentabilidade social, minimizando os efeitos prejudiciais e maximizando o impacto positivo das tecnologias digitais na economia e na sociedade.

Na sua apresentação do Parecer do CESE – Regulamento Dados, **Marinel Dănuț Muresan**, relator, sublinhou a necessidade de responder às preocupações legítimas da sociedade civil: «A segurança dos cidadãos da UE é muito importante. Deve ser dado acesso a todas as partes interessadas. Temos de criar centros de dados que cumpram as regras no domínio da cibersegurança, assegurar que todas as pessoas que tratam os dados recebem formação profissional contínua, bem como garantir o acesso equitativo de todas as partes interessadas, em particular as PME». (dm)



Left to right: Stefano Palmieri, Javier Doz Orrit, Brikena Xhomaqi, Luca Jahier, Gonçalo Lobo Xavier, Dragoș Pîslaru

Semestre Europeu: CESE solicita reformas para assegurar a participação

efetiva da sociedade civil organizada

Na conferência anual de junho, o Grupo do Semestre Europeu reiterou o seu apelo à participação da sociedade civil e propôs um mecanismo permanente e comum de financiamento do investimento com vista a reforçar a preparação e a capacidade de resposta a situações de crise.

A conferência deu seguimento à recente resolução do CESE e debateu a reforma do Semestre Europeu, que supervisionará a aplicação dos planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR). «Devido aos novos desafios que a UE enfrenta, o Semestre Europeu deve ser atualizado, reforçado e aberto à sociedade civil organizada europeia», explicou **Gonçalo Lobo Xavier**, vice-presidente do Grupo do Semestre Europeu.

Ao abrir a conferência, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, reafirmou «o papel fundamental da sociedade civil para a Europa do futuro», e **Elisa Ferreira**, comissária da Coesão e Reformas, sublinhou que «quando refletimos sobre crises futuras, em vez de nos centrarmos num único instrumento de referência, temos de pensar numa pluralidade de instrumentos e numa caixa de ferramentas bem apetrechada. Precisamos de diversificação.»

A UE necessitará de enormes investimentos nos próximos anos. Os membros do painel abordaram a questão de saber se os planos de recuperação se devem tornar estruturais e permanentes, a fim de assegurar um investimento comum em domínios fundamentais. «A Europa precisa de independência energética», declarou **Javier Doz Orrit**, presidente do Grupo do Semestre Europeu, ao passo que o presidente da Secção da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social (ECO), **Stefano Palmieri**, insistiu na necessidade de «assegurar uma transformação estrutural do sistema».

Luca Jahier, vice-presidente do Grupo do Semestre Europeu, encerrou a conferência reconhecendo a importância do Mecanismo de Resolução e Resiliência e dos PRR. «Graças a estes instrumentos, fizemos mais nestes últimos dois anos do que nos últimos 20 anos», afirmou. «Importa agora assegurar a participação da sociedade civil organizada, aumentar o investimento e acelerar a transição.» (tk)


Pietro Francesco De Lotto and Christa Schweng

Indústrias fundamentais da Europa instam o CESE a maximizar o seu papel na elaboração de políticas

Num evento comemorativo dos 20 anos do CESE enquanto consultor no domínio das mutações industriais, setores industriais fundamentais da UE defenderam uma resposta mais baseada em dados e mais orientada para o futuro às perturbações provocadas pela COVID-19, pela agressão russa, pela crise climática e pela transformação industrial e social.

Em 8 de junho, o CESE comemorou o 20.º aniversário da sua Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI). Representantes das indústrias mineira, da energia, da defesa e aeroespacial salientaram que, num

mundo radicalmente transformado, a política da UE deve refletir fielmente tanto os imperativos industriais como o contexto social.

Christa Schweng, presidente do CESE, deu início ao evento, sublinhando o compromisso de «trabalhar em conjunto com a sociedade civil organizada, as instituições da UE e outras partes interessadas pertinentes para encontrar soluções conjuntas para os desafios que se colocam às nossas indústrias».

Thierry Breton, comissário do Mercado Interno, enalteceu «a forma como o CESE continua a desempenhar um papel fundamental nas questões de política industrial». Lembrou aos participantes no evento que os desafios das alterações climáticas, da pandemia e da guerra à porta da UE obrigam a Europa a assumir com urgência o controlo do seu destino industrial.

Pietro Francesco De Lotto, presidente da CCMI, salientou o papel desta comissão, que faz novas perguntas, antecipa novos domínios de análise e introduz novos conhecimentos especializados nos debates, a fim de garantir que são tidos em conta os pontos de vista de todas as partes interessadas. Na sua opinião, «a Comissão Consultiva das Mutações Industriais é um modelo a seguir para repensar o futuro do diálogo social nas instituições europeias».

Monika Sitárová, vice-presidente da CCMI, afirmou: «Os nossos relatórios estabelecem uma base factual para os nossos pareceres e recomendações. Utilizamos a nossa experiência de diálogo social para fazer face às mutações industriais e ao seu impacto social, antecipar a mudança e contribuir para soluções socialmente aceitáveis.» (ks)


Christa Schweng and Ann Hardt

CESE procura reforçar impacto das ICE volvidos 10 anos sobre a sua criação

Por ocasião do Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) 2022, organizado pelo CESE em 2 de junho, os oradores e ativistas frisaram que um maior impacto dessa iniciativa contribuiria para a sua popularidade.

O CESE celebrou os dez anos da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) com a organização de um evento para fazer o balanço das respetivas realizações e desafios numa perspetiva de futuro. Os oradores e ativistas descreveram um quadro heterogéneo, com alguns êxitos formidáveis, a par de lacunas e deficiências, donde sobressaem **o impacto, a acessibilidade e a visibilidade**.

«Celebramos o décimo aniversário deste instrumento participativo, ainda único no panorama transnacional», afirmou a presidente do CESE, **Christa Schweng**, por ocasião da abertura do evento. «Ao longo destes dez anos, que é muito tempo, pudemos, sem dúvida, adquirir alguma experiência. Mas também é um período muito curto: ainda temos de aprender e fazer melhoramentos para assegurar que a ICE assume o lugar que merece no processo institucional da UE.»

A presidente anunciou a decisão do CESE de se pronunciar sobre as iniciativas importantes e bem-sucedidas antes de a Comissão Europeia apresentar a sua resposta, começando pela iniciativa «**Salvar as abelhas!**». Consagrará igualmente especial atenção aos jovens e acompanhará a forma como os Estados-Membros integram a possibilidade de reduzir a idade mínima para subscrever uma ICE para 16 anos, uma opção que, até à data, apenas se tornou realidade num Estado-Membro, que se vem juntar a três outros onde a idade

mínima para exercer o direito de voto já é de 16 ou 17 anos.

A vice-presidente da Comissão Europeia, **Dubravka Šuica** declarou: «A ICE é um exemplo da capacidade das instituições de se adaptarem, mudarem e melhorarem o nosso envolvimento com os cidadãos. Devemos focar-nos em continuar a desenvolver um ecossistema de inovação democrática e de envolvimento e participação cívica na democracia».

O deputado ao Parlamento Europeu, **Helmut Scholz**, indicou que se essa instituição obtivesse o direito de iniciativa legislativa através de uma alteração dos Tratados na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa, poderia assumir a responsabilidade de assegurar que as ICE bem-sucedidas teriam o seguimento devido.

Uma das sessões de trabalho centrou-se no êxito das ICE recentes. Os seus promotores concordaram que, na ausência de recursos financeiros significativos para as campanhas, cujo custo ronda na sua opinião os 300 000 euros, era fundamental apoiar as ONG na tarefa de recolher o milhão de assinaturas exigido. Salientaram que as pessoas confiam nessas organizações e, porque confiam nelas, estão mais dispostas a assinar e a fornecer as informações pessoais exigidas pelos Estados-Membros.

Noutra sessão examinou-se a popularidade da ICE entre os jovens, que ocupam um lugar de topo entre os promotores, embora não entre os mais bem-sucedidos. Os oradores debateram a forma como as instituições poderiam incentivar mais jovens a utilizar instrumentos como a ICE. Os jovens ativistas salientaram que é necessário educar as pessoas para a política desde tenra idade, em toda a UE, para evitar que esses instrumentos sejam acessíveis apenas às poucas pessoas mais bem informadas e formadas. Mais informações sobre o evento. (dm/rl)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Aumento da inflação sem indexação: diminuem os salários dos trabalhadores e cresce a pobreza

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

É necessário adotar medidas para que os trabalhadores e as famílias que já têm dificuldade em fazer face às despesas não acabem na miséria, uma vez que, a cada mês, o valor dos seus salários vai sendo absorvido pela inflação.

A inflação é um processo complexo com diversas causas. Os seus efeitos, contudo, são claros e diretos: trabalhadores e famílias de toda a Europa registam agora uma diminuição efetiva dos seus salários e das suas poupanças. Como geralmente acontece, os mais vulneráveis são também os mais duramente

atingidos, uma vez que as suas margens eram já reduzidas (se não mesmo inexistentes). Além disso, a subida de preços a que estamos a assistir é particularmente acentuada nos bens essenciais para a maioria dos trabalhadores, nomeadamente a alimentação, a eletricidade, o aquecimento e o combustível.

Dados do BCE mostram que, em 2008, houve algum tipo de indexação automática entre o aumento do custo de vida e os salários (Bélgica, Espanha, França, Chipre, Luxemburgo, Malta e Eslovénia), ou uma indexação não automática, mas ainda com algumas orientações (Grécia, Itália e Finlândia). Após as medidas de austeridade que se seguiram à crise de 2008, apenas a Bélgica e o Luxemburgo mantiveram, e continuam a ter, uma indexação automática. Entretanto, a Itália, Chipre e Malta adotaram uma forma de indexação não automática (BCE). Embora sejam úteis, estas medidas, que geralmente se baseiam no custo de vida geral, dificilmente são suscetíveis de atenuar o impacto da subida de preços dos bens essenciais indicados. No entanto, a maioria dos países da UE não possui nenhum destes sistemas. Por esta razão, é ainda mais importante prestar apoio adicional aos mais vulneráveis e combater, na medida do possível, as causas profundas da subida dos preços. A curto prazo, algumas das causas da inflação não são controláveis, nomeadamente a invasão da Ucrânia pela Rússia. Neste cenário de incerteza crescente, importa também abordar as limitações estruturais das cadeias de abastecimento mundiais na sequência da COVID-19. São necessárias soluções a longo prazo. Entretanto, à medida que o valor dos salários diminui de mês para mês, é necessário adotar medidas para que os trabalhadores e as famílias que já têm dificuldade em fazer face às despesas não acabem na miséria. (prp)



Presidência checa: «A Europa como uma tarefa» que faz todo o sentido

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE

Praga apresentou um programa pragmático e dinâmico que identifica corretamente os desafios imediatos que enfrentamos.

A República Checa assumirá a Presidência rotativa do Conselho da UE num momento difícil para a nossa União, provavelmente o mais crítico de sempre, em que enfrentamos novamente uma guerra no nosso continente enquanto ainda nos debatemos com os impactos da pandemia, com uma recuperação fraca e com a inflação.

O lema escolhido pela Presidência checa é eloquente: **A Europa como uma tarefa**. Com efeito, todos temos a tarefa de conduzir a Europa a repensar, reconstruir e repotenciar e de encontrar coragem para reavaliar muitas das nossas abordagens atuais.

Os desafios que enfrentamos são consideráveis: devemos concentrar-nos em criar condições para a paz, a segurança e a prosperidade na UE, garantindo simultaneamente a resiliência e a competitividade estratégicas da economia europeia. Precisaremos de uma economia forte e competitiva para fazer face às pressões internacionais e, ao mesmo tempo, zelar pelos nossos cidadãos.
É necessário continuar a aprofundar o nosso mercado interno, em especial no setor dos serviços e na economia digital. Temos de melhorar o clima empresarial, nomeadamente apoiando a ciência, a

investigação e a inovação. Só assim conseguiremos impulsionar a competitividade das empresas europeias.

Todos somos a favor do Pacto Ecológico e do programa do Objetivo 55, mas devemos ser cautelosos com o ritmo da descarbonização da indústria da UE. Neste momento, os nossos problemas de segurança energética são mais prementes do que a transição energética. Em primeiro lugar, devemos reforçar a resiliência energética do conjunto da UE. Cabe-nos tentar eliminar a nossa dependência em relação à Rússia e, simultaneamente, obter energia junto de diferentes fornecedores.

No que diz respeito à imigração e aos refugiados, devemos procurar soluções permanentes e duradouras que assegurem a igualdade de responsabilidades entre os Estados-Membros da UE.
Acreditamos que a República Checa conduzirá a União com grande determinação. Praga apresentou um programa pragmático e dinâmico que identifica corretamente os desafios imediatos que enfrentamos e se propõe abordá-los da forma mais célere e eficaz possível.

Trata-se de um programa da Presidência que dá prioridade à economia e à competitividade e que será apoiado pelo Grupo dos Empregadores.
A Europa é uma tarefa que faz todo o sentido. (sm)



Conferência Europeia sobre a Transição Justa na Irlanda

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

O Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, em parceria com a rede Irish Rural Link, organizou uma conferência na Irlanda para explorar o tema da «transição justa» de vários pontos de vista.

O Grupo das Organizações da Sociedade Civil, em parceria com a Irish Rural Link (IRL), uma rede nacional que representa os interesses das comunidades rurais na Irlanda, realizou uma conferência conjunta em 9 de junho, em Tullamore, na Irlanda.

A conferência explorou o tema da **«transição justa»** de vários pontos de vista, tendo os oradores debatido a necessidade das transições justas, bem como as consequentes oportunidades, nos seguintes três painéis:

- Reforço das comunidades e das capacidades através do lazer e do património;
- Criação de postos de trabalho e fornecimento de energia renovável;
- Investimento na educação e na formação.

Pippa Hackett, ministra adjunta do Uso do Solo e da Biodiversidade, deu início à conferência, que contou com a participação de **Kieran Mulvey**, comissário irlandês responsável pela Transição Justa, **Declan Harvey**, presidente da Assembleia Distrital de Offaly, e **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil e diretor executivo da IRL, como oradores convidados.

A propósito da conferência, **Séamus Boland** afirmou: «É um prazer poder estar com o meu grupo do CESE em Tullamore para ver em primeira mão a forma como a transição justa está a ser aplicada numa zona

particularmente afetada pelas medidas necessárias para combater as alterações climáticas. É igualmente importante salientar o papel vital das comunidades na transição justa e assegurar que participam e se empenham em todas as suas etapas.»

A ministra **Pippa Hackett** afirmou: «Estamos na antecâmara da transição – conseguimos ver o cenário futuro, alguns de nós deram pequenos passos, mas muitos estão, compreensivelmente, relutantes em assumir um compromisso pleno, já que isso significa afastarmo-nos do que conhecemos e compreendemos. As organizações da sociedade civil têm um papel extremamente importante a desempenhar enquanto comunicadoras, mediadoras e incentivadoras das pessoas mais afetadas e de quem legisla, a nível nacional e da UE, no âmbito da transição. Saúdo esta conferência como mais um passo importante no percurso das regiões mais afetadas da UE, incluindo a nossa Região Centro da Irlanda.»

Estão disponíveis no sítio Web do CESE as conclusões e recomendações, uma gravação em vídeo e fotografias da conferência, bem como as apresentações de todos os oradores convidados. (jk)

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Combater a violência de género: em primeiro lugar, escutemos

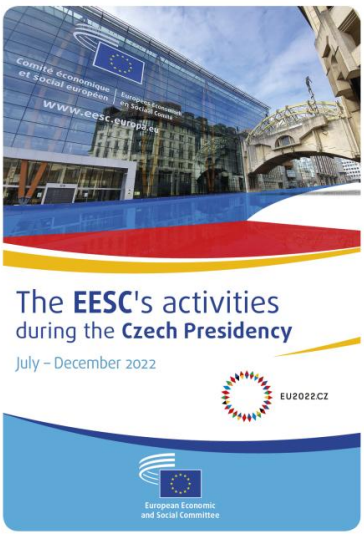
Uma exposição de vídeo no CESE chama a atenção para a terrível realidade das mulheres sobreviventes de violência na Europa.

A mostra virtual, intitulada «Voices of Violence» (Vozes da Violência), é composta por uma série de dez vídeos breves, produzidos pelo Instituto Cultural Dinamarquês, nos quais atrizes dinamarquesas, estónias, letãs e lituanas dão voz a histórias anónimas e revelam as marcas e cicatrizes que a violência deixou nas mulheres de vários países. A ideia subjacente ao projeto é que a escuta e a compreensão são os primeiros passos para adotar medidas e desencadear a mudança.

A exposição estará patente ao público entre 13 de julho e 31 de agosto. O lançamento terá lugar em linha durante a reunião plenária de julho do CESE, no âmbito da adoção do *Parecer – Combate à violência contra as mulheres*.

Atenção: os vídeos incluem imagens eventualmente chocantes, que podem ferir a suscetibilidade de alguns espetadores.

Para mais informações, consulte o nosso sítio Web.



Atividades do CESE durante a Presidência checa de julho a dezembro de 2022

Numa brochura publicada recentemente, o CESE descreve de que forma pretende contribuir para a concretização dos objetivos da Presidência checa.

A Presidência checa do Conselho da União Europeia terá de enfrentar não só a crise humanitária causada pela guerra na Ucrânia, mas também as consequências económicas persistentes do conflito. O facto de a Europa ainda não ter recuperado completamente da crise causada pela pandemia de COVID-19 apenas torna esse desafio ainda maior.

A próxima Presidência tenciona concentrar os seus esforços em **garantir a segurança energética**, **melhorar a resiliência estratégica da economia europeia** e **reforçar as capacidades de defesa e a cibersegurança na Europa**. Terá igualmente de fazer face aos problemas relacionados com a gestão da crise dos refugiados e com a recuperação da Ucrânia.

O **Estado de direito** e a resiliência das instituições democráticas serão outras das prioridades centrais da Presidência.

A Presidência checa desempenhará também um papel importante para assegurar um **seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa** adequado, transparente e eficaz.

O CESE está determinado a trabalhar em estreita colaboração com a Presidência checa na consecução desses objetivos comuns. Numa brochura publicada recentemente, descreve-se a forma como cada secção do CESE conta dar o seu contributo nos respetivos domínios de intervenção. A brochura destaca igualmente as questões em que a Presidência checa solicitou especificamente ao CESE que disponibilizasse os seus conhecimentos especializados. O CESE envidará todos os esforços para assegurar que as vozes das organizações da sociedade civil europeia são ouvidas durante a Presidência.

A brochura está disponível em inglês, francês, alemão e checo no sítio Web do CESE. Pode pedir a versão em papel através do endereço eletrónico vipcese@eesc.europa.eu. (fgr)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)

Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Fabiola Giraldo Restrepo (fgr)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

08/2022